

## AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA GEOGRAFIA ESCOLAR: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Maely Carlos da Silva Curvelo<sup>1</sup>; Luiz Gonzaga Baião Filho<sup>2</sup>

*Universidade Federal Rural de Pernambuco-UAG; [maelycurvelo@hotmail.com](mailto:maelycurvelo@hotmail.com)*

*Universidade Federal Rural de Pernambuco-UAG; [luizgonzagafh@yahoo.com](mailto:luizgonzagafh@yahoo.com)*

**Resumo:** Ao longo do tempo, a Educação brasileira tem sofrido inúmeras transformações e cada vez mais contribuído para a construção de uma sociedade mais letrada e participativa. Assim, a Geografia enquanto saber escolar tem sido uma das áreas que mais tem contribuído para a formação de cidadãos, pois compreende os estudos sobre as identidades, valorização e preservação de várias culturas, talvez com passos muitos estreitos, mas com contribuições significativas para a formação da cidadania dos sujeitos. Orientada pelos seguintes objetivos: identificar os conteúdos de Geografia nos quais há a representação do negro, analisar as relações étnico-raciais presentes no livro didático adotado pelo município e investigar os impasses existentes no livro didático para a efetivação da obrigatoriedade da Lei 10.639/03, optamos para o desenvolvimento da pesquisa pela análise documental. O documento utilizado para a realização deste estudo corresponde ao livro didático de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental, da coleção Expedições Geográficas, acervo do Programa Nacional de Livro Didático-PNLD (2017-2019), disponibilizado pela escola. Os resultados alcançados nos mostram que o livro didático adotado pela rede de ensino do município não favorece o estudo sobre as contribuições do Negro para a formação do Brasil, uma vez que faz unicamente referências pejorativas aos negros no Brasil, e não valoriza a história, a luta, a resistência e a cultura dos negros no país que se originou da exploração de uns em favor de outros.

**Palavras-chave:** Relações étnico-raciais, Ensino de Geografia, Livro didático.

### INTRODUÇÃO

Refletir sobre o ensino de Geografia significa antes de qualquer coisa, reconhecer que a ciência geográfica está em constante renovação de conceitos e saberes, tanto em relação à sociedade quanto à natureza. Contudo, a Escola muitas vezes atua como mecanismo de reprodução do sistema político e econômico vigente em nossa sociedade, transformando-se numa instância excludente, que prioriza as desigualdades sociais (ILLICH, 1985).

Embora tenhamos evoluído bastante no que se refere à qualidade de ensino dos sistemas educacionais, não podemos omitir o fato de que a realidade brasileira evidencia práticas docentes pautadas e carregadas de informações prescritas em livros didáticos e discursos midiáticos (CASTELLAR e VILHENA, 2011).

Para além da Geografia como uma simples disciplina do currículo escolar, precisamos de um ensino no qual o aluno não somente consiga dar significados aos fenômenos, mas compreender suas ações, a fim de entender a relação homem-natureza-espço como uma dinâmica em movimento. Nesse sentido, “a educação geográfica contribui para que os alunos

reconheçam a ação social e cultural de diferentes lugares, as interações entre as sociedades e a dinâmica da natureza que ocorrem em diferentes momentos históricos” (CASTELLAR e VILHENA, 2011, p. 09).

Partindo deste entendimento, podemos afirmar que as relações étnico-raciais embora tenham o caráter legislativo desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº 9.394/96 e da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 que torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas dos sistemas municipais e estaduais de ensino, ainda deixa muito a desejar ao que se refere ao combate às relações de desigualdades raciais no Brasil. Isto devido ao infeliz hábito da escola brasileira em insistir e/ou priorizar um ensino no qual o aluno apenas memoriza os conteúdos sem o exercício de analisá-los, questioná-los e interpretá-los a fim de ampliar seus conhecimentos.

Embora as conquistas na luta pelo combate ao racismo e discriminação, fruto das lutas do Movimento Negro e demais movimentos sociais tenham cada vez mais conquistado espaço em nossa sociedade, há ainda muitas tentativas de silenciamento e amarrações de tais conquistas aos papéis, aspecto que exige a fiscalização de sua efetivação nas instituições escolares.

A pesquisa relatada neste trabalho partiu da inquietação sobre a maneira como o negro é representado no livro didático de geografia do 7º ano adotado pelas escolas da rede pública de ensino do município de Bom Conselho (PE). Tivemos como objetivos: identificar os conteúdos de Geografia nos quais há a representação do negro, analisar as relações étnico-raciais presentes no livro didático adotado pelo município e investigar os impasses existentes no livro didático para a efetivação da obrigatoriedade da Lei 10.639/03.

Espera-se que o presente estudo possibilite um debate acerca do ensino de geografia como saber impulsionador de visões de mundo, que forma cidadãos críticos e atuantes em sua sociedade, com capacidade de refletir e construir conhecimentos; e que outras discussões sejam desencadeadas mediante o entendimento da necessidade do cumprimento do estabelecido nas leis, diretrizes e documentos oficiais acerca das relações étnico-raciais no ambiente escolar, tomando como princípio a igualdade racial e o papel da Escola em suprir às demandas da sociedade na qual está inserida.

**O ENSINO DE GEOGRAFIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:  
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA CIDADÃ**

Os estudos sobre a história da educação no Brasil nos mostram que muitos avanços ocorreram para que tivéssemos a atual educação, ainda, tratando-se do Ensino de Geografia podemos afirmar que nos últimos 30 anos temos melhorado consideravelmente, devido a mudanças na proposta do saber geográfico não mais reprodutor, mas sim capaz de formar sujeitos críticos e cidadãos comprometidos com seus espaços de ocupação (CASTELLAR e VILHENA, 2011, p. 09).

Atualmente, o Ensino de Geografia tem desempenhado grande importância para os processos de construção de identidades, valorização e preservação de várias culturas, talvez com passos muitos estreitos, mas com contribuições significativas para a formação da cidadania dos sujeitos como explica Castrogiovanni (2010):

O conteúdo de Geografia, neste contexto, é o material necessário para que o aluno construa o seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos conteúdos de Geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo (CASTROGIOVANNI, 2010, p. 93).

Nessa perspectiva, cabe ao professor não apenas ensinar o conteúdo pelo conteúdo, mas ensinar aos alunos a praticar o exercício de questionar os saberes e realidades, a desenvolver a criticidade, buscar fontes no espaço aliados às memórias individuais e coletivas para assim compreender sua realidade.

Um dos avanços neste sentido é a Lei Federal nº 10.639/03, umas das mais significativas conquistas das reivindicações do Movimento Negro no campo das políticas afirmativas, a qual aplica mudanças à educação brasileira ao determinar mudanças na LDB nº 9.394/96 nos distintos artigos

Art.26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 1996).

Como destacado, a lei faz referência à obrigatoriedade da implementação da História e Cultura dos africanos trazidos para o Brasil e dos afro-brasileiros, bem como a luta e

resistência ao regime escravocrata brasileiro e as contribuições e influências destes sujeitos para a cultura brasileira.

Outras conquistas no que se refere a documentos legais que respaldam o ensino e reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira são as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, bem como as *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, nas quais tomamos como destaque o seguinte texto:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (BRASIL, 2004, p. 14-15).

Conforme os referidos documentos, tanto a Escola quanto os professores necessitam romper com toda e qualquer forma de discriminação e racismo, sendo preciso para isto atuar com práticas docentes e pedagógicas capazes de desmistificar a ideia de que os negros são inferiores aos demais grupos étnicos, seja devido ao regime escravocrata do qual foram vítimas ou pelas representações nos materiais pedagógicos adotados pelas instituições de ensino.

Neste sentido, buscamos neste estudo refletir sobre o Ensino de Geografia e as Relações Étnico-raciais presentes no livro didático, levando em consideração que a Escola é a instância obrigatória de promoção do saber científico e formadora de cidadãos críticos, sujeitos capazes de se reconhecerem como pertencentes a determinadas culturas, possuidores de modos próprios de se relacionar com o espaço e assim produzir suas relações de identidade étnica, cultural e territorial. Ainda, apontar para o reconhecimento de que a Escola não deve de forma alguma atuar como mecanismo de produção e/ou propagação de uma educação racista e discriminatória.

A seguir, apresentaremos a metodologia da pesquisa que subsidiou a escrita deste artigo, bem como a discussão dos seus resultados, a fim de contribuirmos com a reflexão sobre a representação do negro no livro didático de Geografia e sobre até que ponto há de fato o cumprimento do que é estabelecido em nossas leis educacionais.

## **METODOLOGIA**

Para orientar a investigação, apontamos a seguinte questão de pesquisa: De que maneira o negro é representado no livro didático de geografia do 7º ano adotado pelas escolas da rede pública de ensino do município de Bom Conselho (PE)? Tivemos como objetivos: identificar os conteúdos de Geografia nos quais há a representação do negro, analisar as relações étnico-raciais presentes no livro didático adota pelo município e investigar os impasses existentes no livro didático para a efetivação da obrigatoriedade da Lei 10.639/03.

A princípio pretendia-se analisar o livro didático de geografia do 5º ano do ensino fundamental, mas a escola a qual seria campo de pesquisa, localizada numa comunidade rural do município de Bom Conselho-PE não recebera nenhum livro didático para o trabalho pedagógico a ser desenvolvido durante o ano letivo vigente. Dessa forma, optamos por adotar como campo de pesquisa, a outra escola localizada na mesma comunidade, a qual atende ao público do ensino fundamental II, e havia recebido livro didático, contudo, do componente curricular de geografia, apenas para o 7º ano, com fato explicável pela instituição por no município não haver livros suficientes para todos os alunos.

O critério de seleção da escola a disponibilizar o material para a análise é de interesse pessoal das pesquisadoras, o qual consiste em desenvolver pesquisas voltadas às escolas localizadas na comunidade rural na qual, uma das pesquisadoras estudou todo o Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria do ensino nas mesmas.

A escola campo de pesquisa era composta por seis turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, organizadas em 6º ano A e B, 7º ano A e B, 8º ano e 9º ano, totalizando em 132 alunos. O horário de funcionamento da instituição é de segunda a sexta, das 07:30 às 12:00, formada pelo corpo docente de 08 professores (03 efetivos e 05 contratados), 01 gestora, 01 assistente administrativo, 02 auxiliares em serviços gerais e 01 vigilante.

Para a realização da pesquisa, optamos pela análise documental (LUDKE e ANDRÉ, 2012) com abordagem qualitativa, na qual utilizamos como instrumentos de coleta de dados a análise de conteúdo (BARDIN, 1979). O documento utilizado para a realização deste estudo corresponde ao livro didático de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental, da coleção Expedições Geográficas, de autoria de Melhem Adas e Sergio Adas, 2ª edição, editora

Moderna 2015, acervo do Programa Nacional de Livro Didático- PNLD (2017-2019), disponibilizado pela escola, mediante termo de consentimento assinado pela gestora da instância escolar.

## **RESULTADOS**

Optamos por analisar o livro didático de geografia do 7º ano, a fim de identificar os conteúdos de Geografia nos quais há a representação do negro, e posteriormente, analisar as relações étnico-raciais presentes nelas e investigar os impasses existentes no mesmo para a efetivação do preconizado na Lei 10.639/03.

### ***O livro didático: considerações iniciais***

Tratando-se de um recurso tão importante para o trabalho pedagógico e docente como o livro didático, antes da análise do material, faz-se necessário considerar que:

[...] o grande desafio da Didática atual é assumir que o método didático tem diferentes estruturantes e que o importante é articular esses diferentes estruturantes e não exclusivizar qualquer um deles, tentando considerá-lo como o único estruturante (CANDAUI, 2011, p. 35).

Assim, ao professor cabe o exercício de utilizar de diferentes métodos, a fim de enriquecer de informações sua prática docente e mediar o conhecimento com diferentes alternativas para que os estudantes atuem na construção do conhecimento.

Referente ao livro didático, infelizmente em muitos casos “o livro didático tornou-se a “bíblia” dos professores e nem sempre as editoras colocaram no mercado livros com um mínimo de seriedade e veracidade científicas” (OLIVEIRA, 1998, p. 137) e dessa forma, as aulas acabam por ser monótonas e ineficazes quanto à capacidade de formar cidadãos críticos e com próprias visões de mundo, culminando assim, na repetição e propagação de conhecimentos com pouca e/ou nenhuma relação com a vida social do educando, o que não estimula a busca pelo saber e tão pouco produz sentido à vida escolar do aluno.

### ***O Negro e sua representação no livro didático de geografia***

O material pedagógico em análise é adotado pela escola para o ensino de geografia no 7º ano do Ensino Fundamental e compõe o acervo do PNLD (2017-2019). Organizado em oito unidades com quatro capítulos cada, os quais recebem o nome de percurso, apresenta informações a respeito do que os alunos precisam aprender no 7º ano, sequenciado em: Unidade 1- O território brasileiro, Unidade 2- A população brasileira, Unidade 3- Brasil: da sociedade agrária para a urbano-industrial, Unidade 4- Região Norte, Unidade 5- Região

Nordeste, Unidade 6- Região Sudeste, Unidade 7- Região Sul, Unidade 8- Região Centro-Oeste.

Nesse sentido, organizamos o referido estudo através da análise da imagem do negro representada em cada Unidade, evidenciando o conteúdo escolar no qual há a representação e logo em seguida, discutindo sobre as relações étnico-raciais presentes nelas.

A primeira aparição da imagem do Negro no livro didático de geografia em análise foi localizada na Unidade 2, nos percursos 7: Populações e trabalho: mulheres, crianças e idosos, e 8: Brasil: a diversidade cultural e os afro-brasileiros. Nestes capítulos encontramos duas imagens distintas dos sujeitos negros, a primeira na página 64, onde adolescentes estão limpando para-brisas de carros nas ruas da cidade de João Pessoa-PB, na ocasião há dois adolescentes negros desenvolvendo uma atividade de trabalho infantil, na qual a precariedade é um “cobertor” que abarca as condições de vidas de adolescentes como estes.



Imagem 1 – Crianças limpando para-brisas

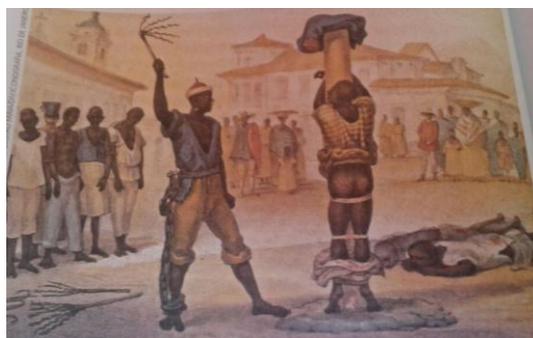


Imagem 2 – Castigo de açoite

A imagem 2 na página 68 corresponde a um dos castigos aplicados aos negros durante o período de escravidão no Brasil, uma gravura representativa do castigo de açoite, o qual foi responsável pela morte de muitos escravos.

Como podemos observar o Negro já começa a ser representado no livro de maneira negativa, evidenciando condições de vida extremamente precárias, que se, não exploradas de forma crítica podem levar o aluno negro a envergonhar-se de sua identidade étnica.

Continuando na Unidade 3, no percurso 12: O espaço agrário e a questão da terra, há mais duas imagens nas quais os negros têm espaço. A imagem 3 (pág. 98) corresponde ao trabalho numa plantação de caju no município de Uma-BA, chamando a atenção para o fruto, o qual uma mão negra está tocando-o, remetendo os tratos na colheita do mesmo.

A imagem 4 (pág.99), também chama a atenção para a colheita, neste caso, de guaraná no município de Maués-AM, na qual todos os trabalhadores são negros, e quase despercebidos devido ao ângulo e foco da imagem.



Imagem 3 – Trabalho em plantação de caju

Imagem 4 – Colheita em plantação de guaraná

Seguindo a mesma linha do capítulo anterior, o Negro continua sendo apresentado de maneira negativa, com condições de trabalho pesado e de pouca remuneração.

Na Unidade 4, percurso 15: Amazônia: conflitos, desmatamento e biodiversidade, encontramos mais duas imagens voltadas a representação de condições precárias de trabalho desempenhadas por negros. A imagem 5 (pág. 129) corresponde ao trabalho na produção de carvão vegetal a partir de madeira extraída ilegalmente da Floresta Amazônica, no município de Rondon do Pará-PA.



Imagem 5 – Produção de carvão vegetal

E a imagem 6 (pág. 137) diz respeito a um morador da comunidade de Terra Nova, no município de Barcelos-AM, desempenhando um trabalho artesanal com cipó-imbé como fonte de renda. Conforme observado nas imagens encontradas, o Negro está sempre com condições inferiores aos brancos, um fruto da herança escravista, no qual mesmo após a promulgação da Lei Áurea persistiram as formas de trabalho compulsório, desvalorização do negro na sociedade e sua marginalização no mercado de trabalho, como bem destaca Maciel (1987)

Em relação às condições de trabalho, para os negros após 1888, as práticas escravistas continuaram tanto no sentido mesmo de tentativas de fazer permanecer relações de trabalho escravas como no sentido do exercício da violência sobre o trabalhador. Além disso, quer se destacar o surgimento da discriminação racial como um fator novo das relações de trabalho que também os negros passaram a enfrentar e que foi o principal responsável pela sua marginalização em relação ao mercado de trabalho (MACIEL, 1987, p. 164).

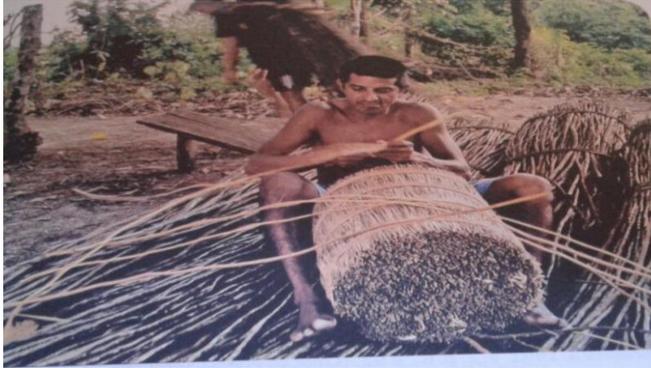


Imagem 6 – Trabalho artesanal com cipó-imbé

Na Unidade 5, nos percursos 17: Região Nordeste: o meio natural e a Zona da Mata, e 18: O Agreste, as representações encontradas ainda dizem respeito ao trabalho desenvolvidos por negros, contudo, os sujeitos mudam de gênero, ou seja, as mulheres aparecem pela primeira vez.

Na imagem 7 (pág. 149), uma mulher negra, marisqueira na Praia de Camacho, no município de Maragogi-AL, exercendo seu trabalho na busca de renda para o sustento de sua família. Posteriormente, há uma representação do algodão colorido da Paraíba que ganha destaque nas roupas e calçados, e conquista o mercado de moda europeu.



Imagem 7 – Mulher negra marisqueira

Na imagem 8 (pág. 155), um desfile de roupas produzidas com o algodão, no qual sete mulheres usam as roupas num desfile marcado por um placar de duas negras versus cinco brancas.

De acordo com as imagens, podemos perceber que os negros sempre aparecem em desvantagens e se tratando de mulheres, um aspecto mais dificultoso para a ascensão no mercado de trabalho: as condições de gênero.

A última aparição da imagem do Negro no livro didático de geográfica em análise foi localizada na Unidade 7, no percurso 26: Região Sul: a construção de espaços geográficos; no qual a imagem 9 (pág. 218) se encarrega de representar o Negro mais uma vez no trabalho

escravo, desempenhando a atividade de tropeiro, conduzindo tropas na Província do Rio Grande.



Imagem 8 – Desfile com roupas de algodão



Imagem 9 – Conductor de trop

Em suma, obtivemos um resultado de dez representações do Negro no livro didático de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental adotado pela rede pública de ensino do município de Bom Conselho-PE, nas quais todas estão voltadas as questões de trabalho desempenhadas pelos negros no Brasil, evidenciando sempre a inferioridade do grupo étnico. Nesse sentido, é notável que embora a Lei Federal nº 10.639/03 estabeleça a valorização do negro no currículo escolar por meio da abordagem sobre suas contribuições históricas, culturais, econômicas e sociais, o livro didático adotado pela rede de ensino do município não favorece o estudo sobre as contribuições do Negro para a formação do Brasil, nos âmbitos econômico, social e cultural, uma vez que faz unicamente referências pejorativas aos negros no Brasil, e de forma alguma valoriza a história, a luta, a resistência e a cultura dos negros no país que se originou da exploração de uns em favor de outros.

Dessa forma, ou o educador questiona e problematiza o Ensino de Geografia com as relações étnico-raciais presentes na sociedade brasileira, a fim de mediar o rompimento de visões racistas e equivocadas sobre o Negro, ou será quase impossível uma educação que de fato transforme os sujeitos, nisto corroboramos com Freire (2005):

Nosso papel não é falar ao povo a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta na várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não podem prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 2005, p. 120).

Nesse sentido, a escola necessita pensar uma educação que não exclua, não oprima e não aprisione os sujeitos, mas que geste uma Educação cujos recursos didáticos priorizem o conhecimento e não as formas racistas e preconceituosas que na maioria das vezes permeiam as escolas de forma mascarada e pregam o mito da democracia racial.

### **Considerações Finais**

A realização deste estudo mostrou-nos que, embora a Geografia escolar tenha se modificado ao longo dos anos, em especial, ao que se refere ao ensino, ainda há algumas dicotomias entre seu papel como saber científico e seus desempenhos quando transformada em recurso didático.

Inquietos pelo desejo de conhecer como o livro didático de geografia atua na valorização da história e cultura afro-brasileira, a presente pesquisa evidenciou que o livro analisado atua como mais um instrumento de discriminação e fortalecimento de estereótipos do Negro na sociedade brasileira, bem como pode resultar em práticas racistas se não explorado de forma crítica pelo professor com os alunos que estão em processo de formação cidadã.

Apontamos que embora os autores tenham se esforçado na elaboração do livro, há a necessidade de considerar a diversidade étnica e cultural da população brasileira na elaboração dos recursos didáticos a serem adotados nas escolas, bem como a necessidade de uma análise mais criteriosa por parte do PNLD na seleção do seu acervo, de maneira a melhorar cada vez mais a qualidade do ensino ofertado nas escolas públicas. Ainda, aproveitamos a ocasião para propalar o descaso com as escolas localizadas na comunidade rural relatada neste estudo, as quais mal dispõem de livros didáticos para auxiliar o trabalho docente, evidenciando uma concepção de administração pública pouco preocupada com a educação básica desenvolvida na comunidade.

Por fim, percebemos com este trabalho que ainda precisamos avançar muito no que se refere à forma como a imagem do Negro é apresentada no livro didático, de maneira a desconstruir o estigma de inferioridade e assumir a condição de sujeito livre, digno e com direitos garantidos, os quais a Lei nº 10.639/03 tem buscado implementar, mas muitas vezes tem encontrado entraves frutos de diferentes fatores no âmbito educacional.

## Referências

- ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **In:** SANTOS, M. (Org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hacitec, 1982.
- ANDRÉ, M.; LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. Lisboa, Portugal: LDA, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 14 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC/SECAD/SEPP/IR /INEP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.
- CANAU, V. M. **Rumo a uma nova didática**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano; Estudar o Lugar para compreender o mundo**. 9. ed. Porto Alegre: Editora Mediana, 2010.
- ILLICH, I. **Sociedade sem Escolas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MACIEL, C. da S. **Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1926)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987.
- OLIVEIRA, A. U. de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. **In:** Para onde vai o ensino de Geografia? 7. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- PONTUSCHKA, N. N.; TOMOKO, I. P.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez., 2009.